



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1869175 - SP (2021/0100733-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL
PROCURADORES : FELIPE FLEURY FERACIN - SP332173
GUSTAVO DE FARIA VALIM - SP414286
RAFAEL CARVALHO DE MENDONÇA - SP420429
AGRAVADO : ANA LUCIA CANDIDO RIBEIRO
ADVOGADO : LUCIANA SIQUEIRA DANIEL GUEDES - SP158799

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL, com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl. 399), contra decisão que inadmitiu recurso especial (fls. 395-396) que, por sua vez, foi apresentado ao acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Requer a parte agravante que o agravo em recurso especial seja recebido com efeito suspensivo, porque "a ausência da suspensão gerará prejuízos ao cofre público municipal caso o juízo de origem dê andamento ao feito com possível ordem de imediato cumprimento e pagamento da vantagem pecuniária relativa a período manifestamente indevido" (fl. 405).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte agravante não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo apenas com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente